

**EDcl nos EDcl nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.873 - PR (2019/0180662-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : ARMANDO DE MEIRA GARCIA**  
**ADVOGADO : ARMANDO DE MEIRA GARCIA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR052853**  
**EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO**  
**ADVOGADO : ADRIANA CRISTINA FREITAS - PR037229**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por ARMANDO DE MEIRA GARCIA em face da decisão que não conheceu dos embargos de declaração de fls. 553/559 por serem intempestivos. :

Em suas razões, sustenta a parte embargante:

Foi manejado Embargos de Declaração contra a decisão publicada em 05.09.2019, o qual não acolheu o pedido manejado contra a decisão publicada em 13.08.2019, onde foi requerido o reconhecimento da perda do objeto recursal, ou subsidiariamente a reabertura de prazo para tanto já que a peça foi manejada no dia 22.08.2019, ou seja, em menos de 10 dias corridos (fls. 580/581).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Na petição de embargos de declaração de fls. 553/559 houve impugnação expressa da decisão publicada em agosto de 2019, na qual foi aplicado o enunciado da Súmula n. 284 em razão da ausência de comando normativo do artigo apontado como violado nas razões do recurso especial, **in verbis**:

Sendo o preparo matéria de ordem pública deve ser mitigada a sumula 284 do STF e permitir o acesso ao judiciário ao recorrente ou ao menos oportunizar prazo para o pagamento da mesma, o que ocorreu, devendo ser reconhecida a perda de objeto do recurso (fl. 556).

Ademais, ainda que assim não fosse, a decisão de fls. 549/550 também não incorreu em nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC, pois nela ficou claro que

# *Superior Tribunal de Justiça*

o pedido formulado na petição de fls. 541/546, de que fosse declarada a perda de objeto do recurso especial, não poderia ser acolhido em razão de o recurso especial já ter sido julgado, e não conhecido em razão da aplicação do enunciado da Súmula n. 284/STF.

Nessa linha, não há qualquer obscuridade, contradição, omissão ou erro material em nenhum dos julgados anteriores.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art, 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente